

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. Em cumprimento da Lei e do Estatuto, o Conselho de Administração da Fundação Santa Casa de Misericórdia de Franca, no exercício das suas atribuições, examinou o Balanço Contábil, e demais elementos de prestação de contas referentes ao exercício econômico de 2016.

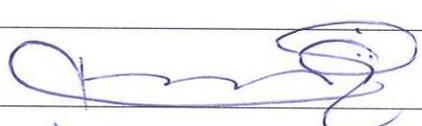
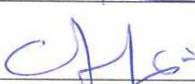
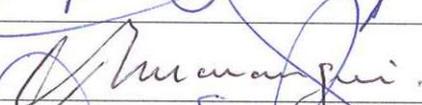
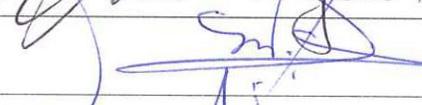
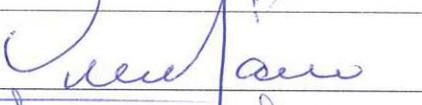
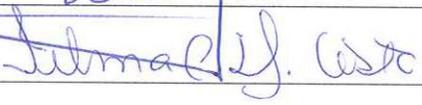
2. O Conselho de Administração apreciou, também, o parecer dos Auditores Independentes e endereça- lhes o seu apreço pela colaboração prestada.

3. Na sequencia da análise feita aos documentos apresentados, o Conselho de Administração é de opinião que, de uma forma geral, os mesmos refletem a posição econômica- financeira da Fundação em 31 de Dezembro de 2016 e estão em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

4. Tendo em consideração os elementos apresentados, o Conselho de Administração é de parecer que:

Seja aprovado o Parecer dos Auditores, e as Demonstrações Contábeis e demais documentações de prestação de contas;

Franca, 07 de fevereiro de 2017.

Agenor Gado	
Carlos Frederico M. Albuquerque	
Carlos Gilberto C. Guimarães	
Clésio Antônio Dourado	
João Batista Lima	
Luis Aurélio Prior	
Mauro Marangoni	
Milton de Paula Martins	
Onofre de Paula Trajano	
Telma Cecília Diniz Costa	

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. Em cumprimento da Lei e do Estatuto, o Conselho Fiscal da Fundação Santa Casa de Misericórdia de Franca, no exercício das suas atribuições, examinou o Balanço Contábil, e demais elementos de prestação de contas referentes ao exercício econômico de 2016.

2. O Conselho Fiscal apreciou, também, o parecer dos Auditores Independentes e endereça- lhes o seu apreço pela colaboração prestada.

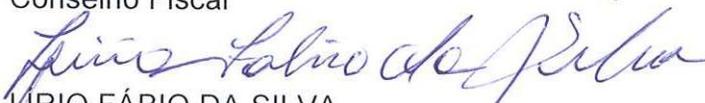
3. Na sequencia da análise feita aos documentos apresentados, o Conselho Fiscal é de opinião que, de uma forma geral, os mesmos refletem a posição econômica- financeira da Fundação em 31 de Dezembro de 2016 e estão em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

4. Tendo em consideração os elementos apresentados, o Conselho Fiscal é de parecer que:

Seja aprovado o Parecer dos Auditores, e as Demonstrações Contábeis e demais documentações de prestação de contas;

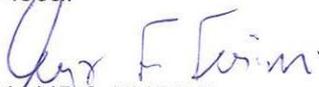
Franca, 06 de fevereiro de 2017.


ANTONIO CARLOS M. RIBEIRO
Conselho Fiscal


LIRIO FÁBIO DA SILVA
Conselho Fiscal


VILMAR MARTINS MEDEIROS
Conselho Fiscal


GASTÃO PUCCI PULICANO
Conselho Fiscal


LUIS FERNANDO FURINI
Conselho Fiscal

FUNDAÇÃO SANTA CASA
DE MISERICÓRDIA DE FRANCA

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA
O EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2016.**

FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FRANCA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

ÍNDICE

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	03
BALANÇO PATRIMONIAL	06
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	07
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO / SOCIAL.	08
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA.	09
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.	10
NOTAS EXPLICATIVAS	11

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores da

**FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FRANCA.
CNPJ: 47.969.134/0001-89**

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FRANCA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FRANCA**, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Fundação é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:

A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram por nós examinado, com Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras emitido em 27 de janeiro de 2016.

Bebedouro-(SP), 27 de janeiro de 2017.

MB AUDITORES INDEPENDENTES SOCIEDADE SIMPLES.
MARCELO BOCK
CRC – 2SP 021390/O-7
CRC - 1SP 128.524/O-0



AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

Balanco Patrimonial – Em reais

Descrição	Nota	2.016	2.015	Descrição	Nota	2.016	2.015
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.301.666	14.655.685	Fornecedores	10	3.296.076	6.075.873
Créditos	5	7.699.833	7.489.186	Honorários médicos	11	3.480.868	3.193.116
Outros créditos	6	650.823	603.443	Obrigações trabalhistas e sociais	12	2.974.030	2.578.173
Despesas antecipadas		30.649	7.301	Provisão de férias e encargos		4.296.588	3.753.632
Estoques	7	3.816.751	1.678.290	Obrigações tributárias	13	800.938	1.225.515
		22.499.722	24.433.905	Empréstimos e financiamentos	14	6.299.957	6.512.340
Não circulante				Outras obrigações		1.046.592	86.652
Realizável a longo prazo						22.195.048	23.425.301
Depósitos judiciais	17	2.974.604	2.597.210	Não circulante			
Imobilizado	9	64.228.340	63.845.106	Empréstimos e financiamentos	14	31.436.232	37.736.189
Investimentos	8	1.600.403	1.650.822	Obrigações Sociais	12	1.695.677	1.144.011
Termo de Permissão de Uso		30.944		Obrigações Tributárias	13	3.537.729	3.304.185
		68.834.291	68.093.138	Partes relacionadas	16	1.168.235	1.168.235
				Subvenções a Realizar	15	8.447.758	8.360.578
				Provisão para riscos e contingências	17	11.658.552	9.737.708
				Termo de Permissão de Uso		30.944	
						57.975.128	61.450.904
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio social	19a	6.558.386	6.558.386
				Reserva de reavaliação	19b	32.456.829	33.469.434
				Déficits acumulados	19c	-	32.376.983
						11.163.837	7.650.837
Total do ativo		91.334.013	92.527.042	Total do passivo e patrimônio líquido		91.334.013	92.527.042

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado

Em reais

	Nota	2016	2015
Receita operacional bruta			
Serviços hospitalares – SUS		65.139.640	65.719.284
Serviços hospitalares – convênios		11.673.073	11.442.684
Serviços hospitalares – particulares		790.027	914.760
Doações e subvenções	20	43.972.450	27.857.508
Contrato de gestão AME	25	17.842.452	16.403.018
		139.417.642	122.337.254
Deduções da receita bruta			
Glosas de serviços		(62.234)	(101.866)
Receita operacional líquida		139.355.407	122.235.388
Custo dos serviços assistenciais prestados		(115.632.234)	(110.939.879)
Superávit bruto		23.723.174	11.295.509
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas com pessoal e encargos		(7.458.677)	(10.006.979)
Despesas gerais e administrativas		(10.090.196)	(11.284.952)
Resultado com equivalência patrimonial	8d	(56.145)	(212.855)
Reversão (constituição) de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa		(90.792)	(90.512)
Reversão (constituição) de provisão para riscos e contingências		(4.745.592)	(122.685)
Resultado financeiro líquido	21	(4.744.969)	(4.580.404)
Outras receitas (despesas) operacionais		5.122.450	795.245
		(22.063.922)	(25.503.141)
Superávit (déficit) do exercício		1.659.252	(14.207.632)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido / Social

Em reais

	Nota	Patrimônio social	Reserva de Reavaliação	Prejuízo/Déficit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013		6.558.386	35.284.804	(30.280.121)	11.563.070
Ajustes de exercícios anteriores		-		4.891.793	4.891.793
Realização da reserva de reavaliação			(802.764)	802.764	-
Superávit do exercício		-		2.684.729	2.684.729
Saldos em 31 de dezembro de 2014		6.558.386	34.482.039	(21.900.834)	19.139.591
Realização da reserva de reavaliação			(1.012.605)	1.012.605	-
Ajustes de exercícios anteriores				2.987.391	2.987.391
Ajuste Provisão Contingências				(268.513)	(268.513)
Déficit do exercício				(14.207.632)	(14.207.632)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		6.558.386	33.469.434	(32.376.983)	7.650.837
Realização da reserva de reavaliação	19b		- 1.012.605	1.012.605	-
Ajustes de exercícios anteriores	19e			1.853.748	1.853.748
Ajuste Provisão Contingências					-
Superávit do exercício				1.659.251	1.659.251
Saldos em 31 de dezembro de 2016	19c	6.558.386	32.456.829	(27.851.379)	11.163.837

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto

Em reais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	1.659.252	(14.207.632)
<u>Ajustes para conciliar o déficit do exercício às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:</u>		
Reversões (perdas) estimadas em créditos de liquidação duvidosa	90.792	90.512
Resultado de equivalência patrimonial	56.145	212.855
Depreciações e amortizações	3.752.736	3.839.968
Baixa de imobilizado	344.787	151.446
Reversão (provisão) para contingências	4.745.592	648.698
Ajuste de Exercício Anterior	1.853.748	
Valor do resultado ajustado:	12.503.052	(9.264.154)
<u>Variações nos ativos e passivos:</u>		
(Aumento) / Redução em contas a receber	(258.028)	2.143.850
(Aumento) / Redução nos estoques	(2.138.461)	612.715
Redução em outros ativos circulante e não circulante	(23.347)	202.032
(Aumento) nos depósitos judiciais	(377.394)	(597.674)
(Redução) em fornecedores e prestadores de serviços	(3.332.923)	2.851.850
Aumento em obrigações trabalhistas, sociais, tributárias e provisão de férias e encargos de circulante e não circulante	4.510.124	374.938
Aumento (redução) em subvenções a realizar	(1.081.054)	664.411
(Redução) aumento em outras obrigações de circulante e não circulante	2.182.967	(151.430)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	11.984.935	(3.163.462)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado	(4.480.835)	(4.167.873)
Aplicação em investimentos		(6.801)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	(4.480.835)	(4.174.674)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(11.858.120)	(5.733.398)
Partes relacionadas – mútuo	-	-
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamentos	(11.858.120)	(5.733.398)
Aumento (redução) das disponibilidades	(4.354.020)	(13.071.534)
Varição das disponibilidades		
Caixa, bancos e aplicações financeiras no fim do exercício	10.301.666	14.655.685
Caixa, bancos e aplicações financeiras no início do exercício	14.655.685	27.727.219
Redução (aumento) das disponibilidades	(4.354.020)	(13.071.534)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado

Em reais

DESCRIÇÃO	2.016	2.015
Receitas	100.528.534	94.287.369
Prestação de Serviço	95.382.957	94.377.881
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(90.792)	(90.512)
Outras Receitas	5.236.369	
Insumos Adquiridos de Terceiros	118.251.706	118.197.449
Custos dos Serviços Prestados	112.372.202	110.939.879
Materias, energia, serviços de terceiros e outros	5.879.504	7.257.571
Valor Adicionado Bruto	(17.723.172)	(23.910.081)
Retenções		
Depreciação	4.047.721	3.839.968
Valor Adicionado Líquido Produzido	(21.770.893)	(27.750.049)
Valor Adicionado Recebido em Transferência	45.439.323	31.232.336
Resultado de equivalência patrimonial	(56.145)	(212.855)
Receitas financeiras	1.405.273	2.405.617
Convênios, Subvenções e Auxílios Financeiros	43.972.450	27.857.508
Outras	117.745	1.182.066
Valor Adicionado Total a Distribuir	23.668.431	3.482.287
Distribuição do Valor Adicionado	22.009.179	17.689.919
Pessoal	6.824.282	9.267.832
Despesas com Pessoal	6.824.282	8.987.878
Benefícios		279.954
Impostos, taxas e contribuições	15.184.898	8.422.087
Encargos Trabalhistas -	3.855.534	739.147
Impostos, taxas e contribuições	162.972	176.874
Despesas Financeiras	6.150.242	6.986.021
Outras Despesas	5.016.150	520.045
Total Distribuído	1.659.252	(14.207.632)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FRANCA

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Em reais

1 Operações Sociais

A FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FRANCA tem como Missão “Prestar assistência à saúde com excelência e responsabilidade social, orientada para o desenvolvimento científico através do ensino e da pesquisa”.

É um complexo hospitalar de 119 anos, fundada em 1897, que tem o compromisso de atender essencialmente a população usuária do SUS – Sistema Único de Saúde, e em 30 de maio de 2014, certificada como Hospital de Ensino.

Atende por ano em média 485.835 pacientes SUS, sendo que destes 18.011 são internações.

É o único hospital de referência terciária para o SUS para a região DRS VIII Franca/SP, que é composto por 22 municípios, incluindo Franca, o representa uma população de aproximadamente 650 mil habitantes, estando assim subdivididos:

- Colegiado Alta Mogiana: Ituverava, Aramina, Buritizal, Guará, Igarapava, Miguelópolis.
- Colegiado Alta Anhanguera: São Joaquim da Barra, Orlandia, Nuporanga, Morro Agudo, Ipuã e Sales de Oliveira.
- Colegiado Três Colinas: Franca, Pedregulho, Patrocínio Paulista, Itirapuã, Rifaina, Restinga, Cristais Paulista, Ribeirão Corrente, Jeriquara e São José da Bela Vista.

A Santa Casa é um Hospital Geral de natureza filantrópica e de Ensino, com uma taxa de ocupação hospitalar SUS de 93%, mantenedora de um Complexo Hospitalar que compreende Hospital Geral, Unidade Cardiológica, Oncologia e Reabilitação Física, está conveniada com a Secretaria Estadual de Saúde, visando à prestação de assistência em saúde, na área hospitalar com internações e atendimentos ambulatoriais de média e alta complexidade.

A capacidade instalada é de 288 leitos existentes, disponibilizando para o SUS 231 leitos, estando eles distribuídos da seguinte forma:

Descrição	Leitos existentes	Leitos SUS	Leitos Conv/Part
Leitos clínicos	88	70	18
Leitos cirúrgicos	78	63	15
Leitos Obstétricos	42	34	8
Leitos Pediátricos	24	15	9
UTI adulto	17	16	1
UTI Coronariana	10	6	4
UTI Neo/Infantil	18	17	1
UCINco	11	10	1
Total	288	231	57

A Fundação tem enfrentado dificuldades financeiras e apresentado déficits operacionais nos últimos exercícios – 2010, 2011 e 2012. Em 2013 obteve recursos financeiros junto à instituição financeira, estado e município através de subvenções no sentido de renegociações com os credores e pagamento de tributos, além de reforço de capital de giro. Com o recurso, a Administração desenvolveu um plano de ações para o equilíbrio e fortalecimento da situação patrimonial e financeira, considerando a sua realidade operacional em diminuição dos custos atuais. Esse plano inclui diversas providências no sentido de regularizar o capital de giro, como a renegociação e alongamento de suas dívidas e a obtenção de recursos de longo prazo com taxas favoráveis, além de ações na reestruturação operacional, os quais começaram a surtir os efeitos desejados a partir de 2013.

No ano de 2015 em razão do momento econômico do Brasil, houve contenção de recursos por parte do Governo Estadual, no qual houve forte impacto nas reservas bancárias da Fundação.

Em 2016 houve aporte de subvenções municipais, o qual possibilitou o equilíbrio financeiro, subsidiando 30% dos procedimentos realizados acima do contrato do SUS.

2 Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Fundação foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial, a Resolução CFC nº 1409/2012, que aprovou a ITG 2002 – Entidade sem finalidade de lucros.

b Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma na correspondente nota explicativa.

c Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Fundação.

d Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3 Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais.

a Apuração do déficit e superávit

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Fundação e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre serviços prestados.

b Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

c Contas a receber

São apresentadas aos valores presente e de realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise dos riscos de realização das contas a receber, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas, quando aplicável.

d Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

e Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa são avaliados por equivalência patrimonial. Nesse método, a participação proporcional da Fundação nos lucros ou prejuízos de sua investida é reconhecida no resultado operacional.

Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido das perdas estimadas, quando aplicável.

f Imobilizado

f1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico reavaliado ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

f2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Fundação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

f3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição acrescido de reavaliação espontânea com base em laudo de avaliação de peritos independentes, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para que o item específico tenha o uso pretendido.

A depreciação é reconhecida de modo a alocar o custo dos ativos menos os seus valores residuais ao longo de suas vidas úteis estimadas, utilizando-se o método linear. As taxas anuais de depreciação estão demonstradas na (nota 9).

No caso de uma indicação de que houve uma mudança significativa no método de depreciação, na vida útil (taxa) ou no valor residual de um ativo, a depreciação desse ativo é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil for estimado maior que o valor recuperável por uso ou venda.

g Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Administração desconhece a perda por deterioração de ativos ou mudanças nas circunstâncias de negócio, que justifiquem o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos.

h Empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

i Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

j Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Fundação tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

k Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Fundação e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

l Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa

contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas quando aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nos exercícios de 2015 e de 2014 não foram necessários ajustes dessa natureza.

m Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Fundação questionou a inconstitucionalidade de tributos.

n Segregação entre circulante e não circulante

As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores há 360 dias estão registradas no circulante e as com prazos superiores no não circulante.

o Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

p Reserva de reavaliação

Em anos anteriores foi constituída a conta de reserva de reavaliação representada pela mais valia do ativo imobilizado de uso da Fundação. A Fundação adota a prática da realização da reserva de reavaliação em déficits acumulado.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	2016	2015
Caixa (i)	27.430	13.700
Bancos	332.816	1.290.952
Aplicações financeiras de liquidez imediata (ii)	9.941.419	13.351.033
	10.301.666	14.655.685

(i) O valor de R\$ 27.430 disponível na tesouraria refere-se a atendimentos particulares este recurso é utilizado conforme necessidade da instituição.

(ii) As aplicações financeiras foram contratadas às taxas de juros de mercado para as modalidades, considerando o valor, o prazo e a época da aplicação. No saldo aplicações R\$ 3.993.649,50 são verbas destinadas ao AME (Ambulatório Médico de Especialidades), o valor de R\$ 1.574.935,24 vinculados a subvenções recebidas do Ministério da Saúde e município de Franca que serão aplicados na aquisição de equipamentos e reforma, o valor de R\$ 64.653,03 recurso provenientes de doação e será utilizado na manutenção e conservação dos equipamentos. O valor R\$ 2.164.846,062 são provenientes de recebimentos do contrato de gestão e convênios diversos a

serem resgatados em janeiro de 2017 para realização do pagamento da folha de colaboradores, fornecedores e repasses de impostos. O valor de R\$ 36.518,98 é valor residual de verbas do governo municipal e estadual aguardando finalização de prestação de contas para devolução. O valor de R\$ 2.106.816,14 é referente à garantia do empréstimo com Caixa Econômica Federal.

5 Contas a Receber

- Composição de saldo

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
SUS a receber	5.907.135	6.374.973
Convênios a receber	2.032.026	1.736.787
Outras Contas a receber	759.551	297.122
(-) Provisão Para Perdas Sobre Créditos	(998.879)	(919.696)
	<u>7.699.833</u>	<u>7.489.186</u>

A Fundação possui operações de prestação de serviços médicos e hospitalares com parte relacionada (controlada), classificadas em convênios a receber, e são realizadas nas mesmas condições de preço e prazos dos demais clientes conveniados. Não há inadimplência nessas operações. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo a receber com a parte relacionada é de R\$ 47.797,65.

Sobre os valores apresentados acima, os saldos referem-se a:

Sus a Receber	5.907.135
- Sus Contrato MAC	3.058.005
- Sus FAEC	1.010.944
- Sus Incentivos	1.838.185
Convênios a receber	2.032.026
- Créditos Convênios	2.028.358
- Créditos Atendimentos Particular	3.668

Outras Contas a receber:	759.551
- Títulos a Receber	11.628
- Provisão a Receber Pro Santa Casa	491.762
- Contas a Receber em Cursos	28.450
- Cartão de Crédito	28.148
- Cheques a Receber	122.886
- Outras Contas a Receber AME	76.677

A composição dos saldos a receber com o SUS e convênios, por vencimento está assim demonstrada:

Descrição	2016	2015
A vencer	6.253.249	5.434.313
Vencidas até 30 dias	162.127	822.855
Vencidas de 31 a 60 dias	539.957	649.017
Vencidas de 61 a 180 dias	68.195	421.177
Vencidas há mais de 180 dias	915.632	784.397
	7.939.160	8.111.759

6 Outros Créditos

Descrição	2016	2015
Adiantamentos a fornecedores	84.482	20.771
Adiantamentos a empregados	547.818	442.141
Importação em Andamento	16.475	140.207
Tributos a Recuperar/Compensar	2.048	324
	650.823	603.442

7 Estoques

Descrição	2016	2015
Material Médico Hospitalar	1.530.549,69	731.670,57
Bens Duráveis	9.729,58	13.215,05
Medicamentos	1.823.058,39	705.866,78
Materiais de Laboratório	23.791,82	17.987,96
Gases	14.451,48	7.698,35
Materiais de Expediente	199.569,86	84.462,43
Gêneros Alimentícios	146.932,07	44.072,66
Material de Manutenção e Obra	68.668,04	73.315,79
	3.816.751	1.678.290

8 Investimentos

a Composição do saldo

Descrição	2016	2015
Santamed	1.560.894	1.617.039
Cred-Acif	39.074	33.348
Credimed	435	435
	1.600.403	1.650.822

Os investimentos na Santamed, empresa controlada é avaliada pelo método da equivalência patrimonial, e o investimento na Cred-Acif e Credimed são avaliados pelo método de custo.

b Cálculo do investimento equivalido (Santamed)

Descrição	2016	2015
Patrimônio líquido da investida	1.590.639	1.647.854
% Participação na investida	0,9813	0,9813
Saldo do investimento equivalido	1.560.894	1.617.039
(-) Saldo do investimento	1.617.039	2.254.107
Equivalência patrimonial	(56.145)	(637.068)

(i) Demonstração do ajuste da equivalência patrimonial referente ao exercício de 2015 bem como a apuração do resultado do exercício de 2016. O valor do ajuste do exercício anterior de 2015 bem como o resultado da equivalência patrimonial do exercício de 2016 itens (c) + (d) dos quadros demonstrados abaixo corresponde ao valor de R\$ 56.145.

c Cálculo da Equivalência Patrimonial do Exercício de 2015

Apuração da Equivalência Patrimonial com base nas Demonstrações Contábeis do exercício social de 2015 bem como o valor a ser ajustado:

DESCRIÇÃO	31/12/2015
PL. DA INVESTIDA EM 31.12.15	1.647.854,00
(%) PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO	98,13%
(-) VALOR DO INVESTIMENTO ANTES DA EQ. PATRIMONIAL	0
(=) RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL DE 2015	1.617.039,13
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL DE 2014	1.829.893,97
VARIAÇÃO - RESULTADO NEGATIVO DE EQUIV. PATRIMONIAL EM 31.12.15 (b)	- 212.854,84

d Cálculo da Equivalência Patrimonial do Exercício de 2016

- Apuração do resultado da Equivalência Patrimonial do exercício de 2016:

DESCRIÇÃO	31/12/2016
PL. DA INVESTIDA EM 31.12.16	1.590.639,33
(%) PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO	98,13%
(-) VALOR DO INVESTIMENTO ANTES DA EQ. PATRIMONIAL	0
(=) RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	1.560.894,37
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL DE 2015	1.617.039,13
VALOR DO LANÇAMENTO CONTÁBIL DE 31.12.16	- 56.144,76

e Movimentação dos dois últimos exercícios 2016 e 2015.

Descrição	Santamed	Cred-Acif	Credimed	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	1.617.038	33.348	435	1.650.821
Equivalência patrimonial	(56.145)	5.726		(50.419)
Movimentação em 2016				-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.560.893	39.074	435	1.600.403

Descrição	Santamed	Cred-Acif	Credimed	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	2.254.106	26.547	435	2.281.088
Equivalência patrimonial	(637.068)			(637.068)
Movimentação em 2015		6.801		6.801
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.617.038	33.348	435	1.650.821

9 Imobilizado

a Composição do saldo

<u>Descrição</u>	<u>Taxa anual de depreciação</u>	<u>Custo 2016</u>	<u>Deprec. Acumul.</u>	<u>Líquido 2016</u>	<u>Líquido 2015</u>
Terrenos		21.817.747		21.817.747	21.817.747
Edificações	4%	33.090.769	(9.952.751)	23.138.018	19.298.244
Equipamentos hospitalares	10%	28.570.004	(15.249.671)	13.320.334	12.699.513
Máquinas e equipamentos	10%	2.750.654	(1.595.195)	1.155.459	1.301.883
Móveis e utensílios	10%	3.961.510	(2.005.788)	1.955.722	1.920.698
Equipamentos de informática e softwares	20%	3.198.825	(1.290.142)	1.908.683	1.896.228
Veículos	20%	452.568	(263.470)	189.097	49.454
Instrumentos médicos	10%	1.414.347	(861.753)	552.594	522.348
Outros imobilizados		17.497	(10.030)	7.467	9.216
Imobilizado em andamento		183.218		183.218	4.329.773
		95.457.139	(31.228.799)	64.228.340	63.845.106

b Movimentação do custo histórico e reavaliado

Descrição	2015	Adições	Baixas	Transferência	2016
Terrenos	21.817.747				21.817.747
Edificações	28.058.924	691.998		4.339.848	33.090.769
Equipamentos hospitalares	25.984.859	2.804.782	219.637		28.570.004
Máquinas e equipamentos	2.708.834	58.624	16.804		2.750.654
Móveis e utensílios	3.816.828	176.014	31.333		3.961.510
Equipamentos de informática e softwares	2.904.635	325.803	31.613		3.198.825
Veículos	341.457	156.511	45.400		452.568
Instrumentos médicos	1.340.537	73.809			1.414.347
Outros imobilizados	17.497				17.497
Imobilizado em andamento	4.329.773	193.293		(4.339.848)	183.218
	91.321.092	4.480.835	344.787	-	95.457.139

Descrição	2014	Adições	Baixas	Transferência	2015
Terrenos	21.817.747				21.817.747
Edificações	25.756.663			2.302.261	28.058.924
Equipamentos hospitalares	24.191.534	2.791.319	1.038.960	40.965	25.984.859
Máquinas e equipamentos	2.479.751	199.102		29.980	2.708.834
Móveis e utensílios	3.157.359	597.667		61.803	3.816.828
Equipamentos de informática e softwares	1.664.064	1.245.181	144.245	139.635	2.904.635
Veículos	281.391	60.066			341.457
Instrumentos médicos	1.251.241	71.593		17.703	1.340.537
Outros imobilizados	305.495	2.088		(290.087)	17.497
Imobilizado em andamento	6.247.974	384.061		(2.302.261)	4.329.773
	87.153.219	5.351.077	1.183.204	0	91.321.092

c Movimentação da Depreciação acumulada

Descrição	2015	Adições	Baixas	Transferências	2016
Edificações	(8.760.680)	(1.192.072)			(9.952.751)
Equipamentos hospitalares	(13.285.422)	(2.139.184)	174.936		(15.249.670)
Máquinas e equipamentos	(1.406.951)	(202.914)	14.671		(1.595.195)
Móveis e utensílios	(1.896.130)	(139.319)	29.661		(2.005.788)
Equipamentos de informática e softwares	(1.008.407)	(312.051)	30.317		(1.290.142)
Veículos	(292.002)	(16.868)	45.400		(263.470)
Instrumentos médicos	(818.189)	(43.564)			(861.753)
Outros imobilizados	(8.281)	(1.750)			(10.030)
	(27.476.062)	(4.047.721)	294.985	-	(31.228.798)

Descrição	2014	Adições	Baixas	Transferências	2015
Edificações	(7.637.305)	1.123.375			(8.760.680)
Equipamentos hospitalares	(12.116.918)	2.071.088	1.293.144	390.559	(13.285.422)
Máquinas e equipamentos	(1.194.783)	212.169			(1.406.951)
Móveis e utensílios	(2.172.756)	244.146		(520.772)	(1.896.130)
Equipamentos de informática e softwares	(886.722)	135.717	144.245	130.213	(1.008.407)
Veículos	(281.391)	10.612			(292.002)
Instrumentos médicos	(777.078)	41.111			(818.189)
Outros imobilizados	(6.530)	1.750			(8.281)
	(25.073.482)	3.839.968	1.437.389	-	(27.476.062)

A Fundação realizou reavaliação espontânea de bens do ativo imobilizado com base em laudo de avaliação de peritos independentes emitido em 2004. A contrapartida da mais valia do imobilizado foi registrada na conta de reserva de reavaliação classificada no patrimônio líquido, no valor de R\$ 42.207.549. A partir de 2011 a Fundação passou a adotar a prática de realizar a reserva de reavaliação constituída, efetuando os devidos ajustes.

Administração da Fundação revisou a vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas modificações relevantes nas estimativas anteriormente determinadas. Também, não foi identificada a necessidade de constituição de provisão para deterioração ajustando o valor líquido contábil dos bens aos seus valores recuperáveis (*impairment*).

10 Fornecedores

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>
Fornecedores	3.259.110	6.040.316
Acordos de fornecedores (i)	36.966	35.557
	<u>3.296.076</u>	<u>6.075.873</u>

- (i) Devido aos recursos de subvenção destinados a aquisição de insumos com vigência em 31/12/2016 ocorreu a redução do prazo médio de pagamento para 38 dias (ano de 2015 era 60 dias).
- (ii) Representam os acordos em andamento com previsão de liquidação, divididos em parcelas fixas. Existem em andamento outros processos com fornecedores em discussão judicial, com objetivo de efetuar o parcelamento da dívida.

11 Honorários médicos

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoa física	299.887	207.980
Pessoa jurídica	3.180.981	2.985.136
	3.480.868	3.193.116

Os valores apresentados no quadro acima “honorários médicos pessoa física e jurídicas” são referentes as contas a pagar com posição em 31.12.2016 cuja liquidação ocorreu no exercício social de 2017.

12 Obrigações Trabalhistas e Encargos Sociais

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>		<u>2015</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Salários a pagar	2.234.100		1.959.141	-
Rescisões a pagar	20.975		4.602	-
13º salário a pagar	-			-
INSS a recolher	296.605		256.620	-
FGTS a recolher	407.133		353.746	-
Contribuições e mensalidades sindicais	15.217		4.064	-
Parcelamento do FGTS	-		-	-
Parcelamento do INSS (i)		60.363	-	60.363
Parcelamento do INSS (i)	-	1.635.314	-	1.083.648
	2.974.030	1.695.677	2.578.173	1.144.011

(i) No ano de 2015 foi deferida a adesão ao PROSUS aprovando a moratória conforme processo 13855.723303/2014-07, a instituição optou por manter o parcelamento provisionado no longo prazo até deferimento da suspensão da dívida por parte do Ministério da Saúde.

Prosus

Em 2014 através da portaria 535 de 08 de Abril de 2014 e Lei nº 12.873 de 24 de outubro de 2013, foi instituído o PROSUS (Programa de fortalecimento das entidades privadas filantrópicas e das entidades sem fins lucrativos):

As finalidades do Prosus são as seguintes:

- Garantir o acesso e a qualidade de ações e serviços públicos de saúde oferecidos pelo SUS por entidades de saúde privadas filantrópicas e entidades de saúde sem fins lucrativos;
- Viabilizar a manutenção da capacidade e qualidade de atendimento das entidades privadas filantrópicas e das entidades sem fins lucrativos que atuam na área de saúde e que participam de forma complementar do SUS;
- Promover a recuperação de créditos tributários e não tributários devidos à União;
- Apoiar a recuperação econômica e financeira das entidades de saúde privadas filantrópicas e das entidades de saúde sem fins lucrativos.

A Santa Casa de Franca realizou pedido junto ao Ministério de Saúde e teve seu pedido deferido sob condição resolutiva, protocolou na Secretária da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional os documentos para adesão e teve seus pedidos deferidos conforme despacho decisório da Procuradoria nº 394/2014 e processo administrativo 1385572378/2014-53 na Receita Federal.

13 Obrigações Tributárias

Descrição	2016		2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
PIS/COFINS/CSLL retidos	47.337	-	147.299	-
IRRF – sobre folha	254.938	-	211.588	-
Parcelamento Simplificado SRF (i)	-	1.208.632	-	1.208.632
Pis em Recurso Judicial	-	1.943.382	-	1.516.979
PIS sobre folha de pagamento	-	-	-	-
ISSQN	82.506	-	70.579	-
Parcelamento ISS (ii)	-	385.715	-	578.573
Juros e Correções	(251.373)	-	(251.373)	-
Parcelamento de Encargos-FGTS (iii)	45.029	-	524.922	-
Parcelamento de Obrigações	522.501	-	522.501	-
	800.938	3.537.729	1.225.515	3.304.185

- (i) No ano de 2015 foi deferida a adesão ao PROSUS aprovando a moratória conforme processo 13855.723303/2014-07, a instituição optou por manter o parcelamento provisionado no longo prazo até deferimento da suspensão da dívida por parte do Ministério da Saúde.
- (ii) Trata-se de uma dívida de ISS negociado com a Prefeitura Municipal através do Termo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito, para pagamento em 60 meses, tendo quitado 23 parcelas no exercício de 2015 a 2016.
- (iii) Trata-se de dívida negociada com a Caixa Econômica Federal, para pagamento em 180 parcelas, no ano de 2015 foi realizado pagamento no montante R\$ 66.768.

14 Empréstimos e financiamentos

Finalidade	Vencimento	Encargos financeiros	Garantias	2016		2015	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Capital de Giro	25/12/2020	1,20% a. m.	Direito creditório	11.858.120	(i) 38.003.555	12.465.419	(i) 49.861.675
(-) Juros a apropriar				<u>(5.558.163)</u>	<u>(6.567.323)</u>	<u>(5.953.079)</u>	<u>(12.125.486)</u>
				<u>6.299.957</u>	<u>31.436.232</u>	<u>6.512.340</u>	<u>37.736.189</u>

(i) Trata-se de empréstimo contratado com a finalidade de equalização de dívidas e reforço de capital de giro da Fundação. Referido contrato foi parcelado em 84 parcelas fixas e mensais, com último vencimento final em 10/12/2020. Tem como garantia co-obrigatório de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios aos recebíveis junto ao Ministério da Saúde, em decorrência da prestação de serviço ao Sistema Único de Saúde (SUS).

15 Subvenções a realizar

Descrição	2016	2015
Secretaria do Estado da Saúde do Estado de São Paulo		
Invest. Municipal - CMDCA 2011	55.039,64	70.571,60
Investimento - Convênio 744852/10	81.677,72	83.377,64
Investimento - Convênio 748526-10	52.674,74	62.184,74
Investimento - Convênio 748531-10	42.454,53	49.154,61
Investimento - Convênio 750453-10	28.333,40	33.333,44
Investimento - Convênio 77.3304/2012	154.509,22	168.359,26
Investimento - Convênio 773310-12	18.821,90	137.739,72
Investimento - Convênio 773383-12	59.313,39	69.233,43
Investimento - Convênio 773651-12	74.257,06	86.502,94
Investimento - Convênio 773671/2012	49.763,57	57.101,45
Investimento - Convênio 773672/2012	357.555,82	430.000,00
Investimento - Convênio 775216-12	20.447,94	23.697,90
Investimento - Convênio 78.0605/2012	1.268.922,45	1.652.000,00
Investimento - Convênio 781447/12	68.203,36	78.183,40
Investimento - Convênio 781722/12	64.723,06	74.163,10
Investimento - Convênio 799205/13	81.514,56	91.494,60
Investimento - Convênio 800169/2013	893.552,99	967.064,87
Investimento - Portaria 3158-Time Mania	22.912,24	22.912,24
Investimento - TA 03-11	1.412.724,62	1.617.293,66
Investimento - TA 05-10	8.485,70	15.625,70
Investimento - TA 06-11	367.626,85	454.510,67
Investimento - TA 08-10	38.627,34	38.999,82
Investimento - TA 12-10	51.455,79	66.967,35
Investimento Federal - Convênio 728548-09	56.666,74	66.666,70
Investimento Federal - Convênio 744768/2010	22.513,37	26.068,59
Investimento Municipal - CMDCA 2012	125.037,10	149.024,62
Investimento Municipal - CMDCA 2013	57.636,95	67.185,95
Investimento Municipal - CMDCA 2015	452.388,56	505.990,40
Termo Aditivo 001/2014	183.869,13	203.669,13
Investimento - Convênio 775214/2012	103.568,03	141.500,00
Investimento - Convênio 799182/2013	200.000,00	200.000,00
Investimento - Convênio 810777/2014	350.000,00	350.000,00
Investimento - Convênio 814778/2014	80.156,31	100.000,00

Investimento - Convênio 807977/2014	189.874,91	200.000,00
Investimento Municipal - CMDCA 2016 (i)	177.726,23	-
Investimento PM Franca Lei 8398/2016 – Ambulância (i)	150.000,00	-
Convênio 821831 Proposta 36610/2015 (i)	99.510,00	-
Convênio 821098 Proposta 36612/2015 (i)	145.837,50	-
Convênio 821096 Proposta 43101/2015 (i)	130.000,00	-
CONVENIO FEDERAL 8260 826059/2015 (i)	124.998,95	-
Investimento Lei Municipal 8451/2016 (i)	74.376,52	-
Convênio Federal 833080/2016 (i)	100.000,00	-
Convênio Federal 833070/2016 (i)	150.000,00	-
Convênio Federal 833066/2016 (i)	200.000,00	-
	8.447.758	8.360.578

(i) Ocorreu a entrada dos recursos dos convênios, porém, ainda não foram adquiridos os equipamentos.

Trata-se de subvenções recebidas da Secretaria do Estado da Saúde destinada a investimentos. Sua realização será nos próximos exercícios, de acordo com a vida útil dos bens adquiridos, ou seja, em longo prazo. Sendo assim, decidido pela diretoria a classificação desse montante para o passivo não circulante.

16 Partes relacionadas

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Santamed Serviços Médicos	1.168.235	1.168.235

Trata-se de duas operações de mútuos financeiros entre a Fundação e a Santamed em 24/03/2013 e 25/04/2013, nos valores de R\$ 300.000,00 e R\$ 650.000,00, respectivamente, a carteira de usuários da Santamed foi vendida no ano de 2015, sendo assim, em acordo firmado com o Ministério Público, após o encerramento das atividades e fechamento da Operadora o Patrimônio Líquido restante será enviado a Fundação.

17 Provisão para riscos e contingências

A Fundação é parte envolvida (polo passivo) em ações trabalhistas, cíveis e tributárias, as quais estão sendo discutidas nas esferas, administrativa e judicial. Em 31 de dezembro de 2016, a Administração decidiu com base na opinião dos seus assessores jurídicos, registrar a provisão para contingências em montante considerado suficiente para as ações e valores cujas perdas foram classificadas como prováveis.

Descrição	2016	2015
Trabalhistas	6.656.443	2.618.729
Tributárias	2.296.159	3.896.234
Cíveis	2.705.951	3.222.745
	11.658.552	9.737.708

A Fundação efetuou depósito judicial parcial para algumas contingências passivas, o qual julga a contingência como de perda provável, nos montantes de R\$ 2.974.604 e R\$ 2.597.210 em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, respectivamente, classificados no ativo não circulante, no grupo de realizável a longo prazo.

As movimentações na rubrica “provisão para contingências e depósitos judiciais”, durante os exercícios foram as seguintes:

Descrição	2016		2015	
	Depósito judicial	Provisão para contingências	Depósito judicial	Provisão para contingências
Saldo no início do período	2.597.210	9.737.708	1.999.536	10.386.406
Aumento (diminuição)	377.394	1.920.844	597.674	(648.698)
Saldo no final do período	2.974.604	11.658.552	2.597.210	9.737.708

18 Passivos contingentes

Encontra-se em questionamento 125 ações cíveis, federais e trabalhistas. Os valores estimados das ações são de aproximadamente R\$ 38.071.326. A Administração da Fundação suportada pela assessoria jurídica entende que as possibilidades de ganho são classificadas como **possíveis**, motivo pelo qual não efetuou provisão nas demonstrações financeiras, sendo somente divulgada em notas explicativas.

Qtde	DESCRIÇÃO	GRAU DE RISCO	2016
67	CÍVEL RÉU	Possível	R\$ 27.283.764
5	AÇÕES FEDERAIS - RÉU	Possível	R\$ 3.675.496
53	TRABALHISTA RECLAMADA	Possível	R\$ 7.112.066
125	TOTAL	Possível	R\$ 38.071.326

19 Patrimônio Social

a Patrimônio social

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes e por doações recebidas de terceiros. É prática de a Fundação transferir os déficits acumulados para patrimônio social, conforme determina a legislação vigente.

Descrição	2016	2015
Patrimônio	6.558.385,80	6.558.385,80
	6.558.385,80	6.558.385,80

b Reserva de reavaliação

Em anos anteriores foi constituída a conta de reserva de reavaliação representada pela mais valia do ativo imobilizado de uso da Fundação. A Fundação adota a prática da realização da reserva de reavaliação em déficits acumulado.

Descrição	2016	Realização da Reserva de Reavaliação em 2016	2015
RESERVA DE REAVALIAÇÃO	32.456.829	1.012.605	33.469.434
	32.456.829	1.012.605	33.469.434

c Superávit do Exercício

Descrição	2016
Saldo Inicial em 01/01/2016	-32.376.983
Realização da Reserva de Reavaliação de 2016	1.012.605
Ajustes de Exercícios Anteriores	1.853.748
Superávit do Exercício	1.659.251
Saldo Final em 31/12/2016 - DÉFICIT / SUPERÁVIT ACUMULADOS	-27.851.379

d Resultado do Exercício de 2016

O resultado consolidado apurado no exercício de 2016 foi um Superávit no valor de R\$ 1.659.251

(Um milhão, seiscentos e cinquenta e nove mil, duzentos e cinquenta e um reais).

Ajustes de Exercícios Anteriores

Descrição	2016	Ref.
Saldo Inicial em 31/12/2016	7.468.879	
Crédito na conta de ajustes	40.000	e1
Débito na conta de ajustes	140.744	e2
Crédito na conta de ajustes	537	e3
Débito na conta de ajustes	3.300	e4
Crédito na conta de ajustes	33.926	e5
Crédito na conta de ajustes	210.169	e6
Crédito na conta de ajustes	1.475.970	e7
Débito na conta de ajustes	7.468.879	e8
Crédito na conta de ajustes	237.190	e9
Saldo Final em 31.12.2016	1.853.748	

e1) Ajuste a credito no valor de R\$ 40.000,00 referente a NF 28615 Philips Clinical Informaticas lançada em despesa em 2015, porém a mesma deveria ter sido registrada em investimento.

e2) Ajuste a debito no valor de R\$ 140.744 referente ao contratos de câmbio descritos abaixo, os quais foram pagos no ano de 2015 e foi enviado os relatórios para apropriação da despesas em 2016

Fornecedor	Contrato	Valor
Varian Medical Systems	13073877	15.960,00
Varian Medical Systems	129265794	15.130,00
Varian Medical Systems	130931995	18.004,34
Varian Medical Systems	132555068	19.625,00
Varian Medical Systems	150107	57.393,20
Santander (Tarifa fechamento de cambio)		1.349,91
Zigma (Demostrativo Zigma)		13.281,55
Total		140.744,00

e3) Ajuste a credito referente ao valor de R\$ 537 recebimento de reembolso por parte da empresa Zigma, conforme demonstrativo de despesas enviados, estas importações são referentes ao de 2015 e foram enviados os demonstrativos em 2016.

e4) Ajuste a debito referente a nota fiscal n. 2883 GE Healtecare com data de emissão do ano de 2012 no valor de R\$ 3.00,00 enviada a cobrança somente no ano de 2016.

e5) Ajuste a credito referente a processo de reclamação trabalhista n. 0002619-59.2013.5.15.0015 Marcia Cristina dos Santos, provisionado o valor de R\$ 36.308,25 em contingência como provável em 2015, em 26/10/2016 a mesma teve o direito a receber o valor de R\$ 2.382,51 sendo baixado da contingência o valor de R\$ 33.925,74 devido alteração para remoto.

e6) Ajuste a credito no valor de R\$ 210.168,89 referente a processo 0030864-74.2007.826 Noemi Vitoria de Carvalho Rodrigues classificado como provável em contingência no valor R\$ 650.000,00 no ano de 2015, sendo realizado acordo para pagamento em 2016 no valor de R\$ 300.000,00, sendo baixado o valor residual da contingência passiva no valor de R\$ 210.168,89.

e7) Ajuste a credito no valor de R\$ 1.475.969,81 referente a processo 140.3485.71.19.95.403.6113 inscrito em dívida ativa n. 3189.24.498 em contingência passiva, foi realizado o parcelamento deste processo.

e8) Ajustes a debito no valor de R\$ 7.468.878,62 referente a transferência de ajustes de exercícios anteriores.

e9) Ajuste a credito no valor de R\$ 237.189,90 referente a receita do termo de colaboração entre a ACEF X Fundação Santa Casa de Franca amortização do investimento que não foi realizado no ano de 2015.

20 Doações e subvenções

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Subvenções estaduais (i)	22.862.546	15.635.609
Subvenções municipais (ii)	14.631.525	6.485.505
Subvenções federais	358.361	214.873
Contribuições de pessoas físicas e jurídicas	6.120.018	5.521.520
	<u>43.972.450</u>	<u>27.857.508</u>

(i) O Convênio Santa Casa Estruturante (Sustentáveis) no ano de 2015 sofreu redução de 40% ficando no valor de R\$ 1.287.316,56/mês. Após avaliação do comitê estadual, a Santa Casa de Franca pontuou os indicadores, e conforme metas estabelecidas no novo convênio assinado em junho de 2016 (Convênio 302/2016) o valor passou para R\$ 2.173.915,09/mês, provocando aumento nos valores totais das Subvenções Estaduais no ano de 2016.

(ii) Em 2013 com a criação do Comitê Gestor, grupo este formado por representantes do Estado, Prefeitura, Santa Casa e com o acompanhamento da Promotoria, tem a finalidade de administrar a Santa Casa e de não mais ocorrer aumento do endividamento da instituição e garantir a prestação de serviços à população, sendo assim a Secretaria Estadual da Saúde possui contrato de gestão com a Santa Casa para realizar 1170 internações por mês, porém com a crescente demanda da região do DRS 8, a migração dos planos de saúde e a própria demanda local que existe, realiza por mês uma média de 1506 internações, o que fica 29% acima do contratado. Para solver esta necessidade crescente a prefeitura Municipal de Franca custeou o excedente desta produção, sendo o valor de R\$ 14.450.000,00 milhões durante o ano de 2016 recebidos através de subvenção municipal.

21 Resultado financeiro líquido

Descrição	2016	2015
Receitas		
Juros recebidos	128	5
Descontos obtidos	239.619	294.790
Rendimentos de aplicações financeiras	1.165.527	2.110.821
	1.405.273	2.405.617
Despesas		
Juros com financiamentos	(6.031.398)	(6.850.600)
Juros com fornecedores	(20.554)	(7.189)
Outras despesas financeiras	(98.290)	(128.232)
	(6.150.242)	(6.986.021)
	(4.744.969)	(4.580.404)

22 Demonstrativo das contribuições previdenciárias isentas

22.1 Consolidado (Fundação + AME)

Assalariados

Mês	Base de cálculo	Empresa	RAT/FAP	2016	2015
				Valor da isenção	Valor da isenção
Janeiro	3.033.468	606.694	91.004	697.698	668.400
Fevereiro	3.008.595	601.719	90.258	691.977	669.146
Março	3.182.226	636.445	95.467	731.912	711.050
Abril	3.256.543	651.309	97.696	749.005	736.562
Mai	3.154.005	630.801	94.620	725.421	740.044
Junho	3.180.730	636.146	95.422	731.568	744.728
Julho	3.335.590	666.946	100.068	767.014	783.519
Agosto	3.238.788	647.638	97.163	744.801	779.076
Setembro	3.297.167	659.433	98.915	758.348	683.830
Outubro	3.525.577	705.116	105.767	810.883	689.312
Novembro	3.468.678	693.504	104.060	797.564	687.715
Dezembro	3.506.339	701.268	105.189	806.457	702.231
Total	39.187.706	7.837.019	1.175.629	9.012.648	8.595.613

Terceiros

Mês	Base de cálculo	2016
		Valor da isenção
Janeiro	148.495	29.699
Fevereiro	139.489	27.898
Março	139.243	27.849
Abril	145.155	29.031
Maiο	197.052	39.410
Junho	194.707	38.941
Julho	200.706	40.141
Agosto	204.113	40.823
Setembro	178.463	35.693
Outubro	177.817	35.563
Novembro	149.188	29.838
Dezembro	184.598	36.920
Total	2.059.026	411.805

22.2 Fundação

Assalariados

Mês	Base de cálculo	Empresa	RAT/FAP	2016	2015
				Valor da isenção	Valor da isenção
Janeiro	2.709.170	541.834	81.275	623.109	600.667
Fevereiro	2.695.751	539.150	80.873	620.023	590.086
Março	2.834.286	566.857	85.029	651.886	626.477
Abril	2.925.770	585.154	87.773	672.927	650.820
Maiο	2.805.836	561.167	84.175	645.342	653.475
Junho	2.831.503	566.301	84.945	651.246	658.798
Julho	2.965.296	592.887	88.959	681.846	696.233
Agosto	2.866.479	573.176	85.994	659.170	691.676
Setembro	2.925.567	585.113	87.767	672.880	596.284
Outubro	3.135.313	627.063	94.059	721.122	613.746
Novembro	3.093.881	618.545	92.816	711.361	613.745
Dezembro	3.117.289	623.458	93.518	716.976	626.254
Total	34.906.141	6.980.705	1.047.183	8.027.888	7.618.261

Terceiros

Mês	2016	
	Base de cálculo	Valor da isenção
Janeiro	120.170	24.034
Fevereiro	107.080	21.416
Março	103.030	20.606
Abril	112.600	22.520
Maio	163.770	32.754
Junho	160.527	32.105
Julho	167.399	33.480
Agosto	171.733	34.347
Setembro	145.264	29.053
Outubro	150.624	30.125
Novembro	120.394	24.079
Dezembro	151.330	30.266
Total	1.673.921	334.784

22.3 AME

Mês	Base de cálculo	2016			2015
		Empregador	Outros	Valor da isenção	Valor da isenção
Janeiro	324.298	64.860	9.729	74.589	67.733
Fevereiro	312.844	62.569	9.385	71.954	79.060
Março	347.940	69.588	10.438	80.026	84.573
Abril	330.773	66.155	9.923	76.078	85.742
Maio	348.169	69.634	10.445	80.079	86.569
Junho	349.227	69.845	10.477	80.322	85.930
Julho	370.294	74.059	11.109	85.168	87.286
Agosto	372.309	74.462	11.169	85.631	87.400
Setembro	371.600	74.320	11.148	85.468	87.547
Outubro	390.264	78.053	11.708	89.761	75.567
Novembro	374.797	74.959	11.244	86.203	73.970
Dezembro	389.050	77.810	11.671	89.481	75.976
Total	4.281.565	856.313	128.447	984.760	977.352

Autônomos

Mês	2016	
	Base de cálculo	Valor da isenção
Janeiro	28.325	5.665
Fevereiro	32.409	6.482
Março	36.213	7.243
Abril	32.555	6.511
Maió	33.282	6.656
Junho	34.180	6.836
Julho	33.307	6.661
Agosto	32.380	6.476
Setembro	33.199	6.640
Outubro	27.193	5.439
Novembro	28.794	5.759
Dezembro	33.268	6.654
Total	385.105	77.021

23 Remuneração da Administração

A Fundação não distribui lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio social, sob nenhuma forma ou pretexto, nem mesmo em razão de desligamento, retirada ou falecimento de seus membros, e todos os excedentes financeiros serão revertidos para o cumprimento de suas finalidades. A Administração da Fundação está a cargo de uma diretoria eleita pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração e Conselho Fiscal composta por membros eleitos pela Assembleia Geral, que empossará os membros, com um mandato de dois anos. O mandato dos membros da Diretoria Executiva é de dois anos e expira com a eleição e posse dos membros que a sucederão.

Os membros dos órgãos acima referidos não perceberam direta ou indiretamente, salário, gratificações ou remuneração de qualquer espécie pelos serviços prestados.

Realizamos o registro do trabalho voluntário, inclusive de membros dirigentes dos órgãos de administração, no exercício de suas funções, reconhecido pelo valor justo da prestação de serviços como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro conforme ITG 2002 (R1). Abaixo segue demonstrativos desses registros do ano de 2016:

Descrição	2016	2015
Trabalho Conselho Fiscal e Administrativo	1.584.000	1.584.000
Trabalho Voluntario Presidente	264.000	264.000
Total	1.848.000	1.848.000

24 Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem a disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Fundação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Fundação, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Fundação.

A Administração desconhece qualquer problema de natureza fiscal que pudesse afetar a Fundação, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações da Fundação estão sujeitas a exames das autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis, consoante a legislação aplicável.

As declarações de imposto de renda das pessoas jurídicas estão sujeitas à revisão por um período de cinco exercícios. Outros impostos, contribuições e encargos de natureza fiscal e previdenciária estão também, sujeitos à revisão por diferentes períodos prescricionais.

25 Contrato de Gestão – Ambulatório Médico de Especialidade Franca – AME

Franca

Os AMEs são centros ambulatoriais de diagnóstico e orientação terapêutica de alta resolutividade em especialidades médicas, com ênfase nas necessidades da rede básica. Devem proporcionar atendimento de forma próxima e acessível ao cidadão, através da prestação de um conjunto de serviços que garantam uma intervenção rápida e eficaz, a fim de promover o diagnóstico precoce, orientar a terapêutica e ampliar a oferta de serviços ambulatoriais especializados, atendendo à necessidade regional nos problemas de saúde que não podem ser plenamente diagnosticados ou orientados na rede básica, pela sua complexidade, mas que não precisam de internação hospitalar ou atendimento urgente.

O Ambulatório Médico de Especialidades “Dr. Cirilo Barcelos” – AME Franca é gerenciado pela OSS Santa Casa de Misericórdia de Franca, Hospital Ensino reconhecido pelo MEC, através de Contrato de Gestão firmado com a Secretaria do Estado de Saúde (SES)-SP, este contrato discrimina as atribuições, responsabilidades e obrigações na operacionalização da gestão, compreendendo a execução das atividades e serviços de assistência à saúde, bem como a sistemática econômico-financeira da gestão.

A execução dos recursos, repassados a título de custeio e investimento, é realizado exclusivamente pelo próprio AME Franca, que se encarrega das compras, contratos de terceiros, recebimento de mercadorias, administração do almoxarifado e farmácia. Possui todos os departamentos na própria unidade: financeiro, contabilidade, administração de pessoal e SESMT, compras, assessoria de qualidade e humanização.

O AME Franca iniciou suas atividades em 13 de dezembro de 2010 e foi inaugurado oficialmente em 28 de fevereiro de 2011, completando seis anos de funcionamento. Em fevereiro de 2015 foi inaugurado o novo centro cirúrgico, com a implantação do Hospital Dia – 1º AME mais do Estado de São Paulo. O AME

de Franca possui características e dinâmicas especiais, orientados pela Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo fortalecendo a rede de atendimento à saúde no Estado de São Paulo.

O AME de Franca tem como Missão “Prestar atendimento ambulatorial especializado, humanizado e de qualidade aos usuários do SUS, com responsabilidade social, ambiental e financeira”.

O Ame Franca em 2016 atendeu 23 especialidades medicas e 7 especialidades não médicas, com uma média de 600 pacientes por dia, entre atendimentos de consultas, exames de diagnósticos e cirurgias ambulatoriais.

O AME de Franca faz parte dos Programas Estaduais de Saúde “Filho que Ama, leva o Pai no AME”, “Mulheres de Peito”, integramos o Programa “Reflexo do Olho Vermelho” (Teste do Olhinho), ambulatório de Gestaçã de Alto Risco, em 2016 iniciamos o atendimento às crianças com Microcefalia.

O AME Franca cumpriu com as metas pactuadas pelo contrato de gestão, sabendo usar o orçamento previsto para cada novo processo implantado. A boa gestão dá-se entre diversos fatores ao trabalho ético e profissional dos colaboradores, médicos e gestores. A OSS que tem como premissa a transparência e o trabalho focado nos indicadores de gestão, além da relação com o DRS VIII, participando dos colegiados e sempre ampliando seus serviços de acordo com as necessidades deste colegiado e SES-SP. Podemos citar também, as análises dos recursos disponíveis, metas pactuadas e alcançadas, negociações com prestadores de serviços, recursos humanos capacitados, análise dos indicadores. Nos relatórios de avaliação de contratualização de resultados anuais, onde são avaliados os resultados pactuados, alcance das metas previstas, formalização e execução do objeto contratual, sempre foram positivos, com relação ao cumprimento do contrato, resultados administrativos e econômico-financeiros, com apresentação documental, inspeção física, conferencia de cálculos, entrevistas, conciliações e análises contábeis.

A seguir, apresentamos os balanços patrimoniais, demonstração do resultado e relatório financeiro de execução de obras do AME, expressos em Reais:

Balanços patrimoniais:

	2016	2015		2016	2015
Ativo			Passivo		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3.996.317	2.884.528	Empréstimos e Financiamentos	594	7.498
Contas a receber	76.677,02	72.606	Fornecedores	244.323	319.968
Adiantamentos	57.260,83	56.741	Obrigações trabalhistas e sociais	837.061	743.651
Estoques	148.118,35	120.213	Obrigações tributárias	78.980,08	79.717,19
Despesas antecipadas	3.984,25	4.052	Provisões para férias e encargos	409.198	370.106
Depósitos judiciais			Outras obrigações	252	209
	4.282.358	3.138.139		1.570.408	1.521.149
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Obrigações tributárias	180.602	132.951
Depósitos judiciais	175.024,96	129.617		180.602	132.951
Imobilizado	6.135.358,95	5.923.582	Patrimônio líquido		
	6.310.384	6.053.198	Superávits acumulados	8.841.732	7.537.236
	6.310.384	6.053.198		8.841.732	7.537.236
Total do ativo	10.592.742	9.191.337	Total do passivo e patrimônio líquido	10.592.742	9.191.337

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	2016	2015
Receita operacional bruta		
Contrato de gestão AME	17.842.452	16.403.018
Receita operacional líquida	17.842.452	16.403.018
Custo dos serviços prestados	-13.163.933	-13.022.287
(Despesas) receitas operacionais		
Despesas com pessoal e encargos	-1.961.320	-1.709.345
Despesas gerais e administrativas	-1.937.440	-2.008.156
Resultado financeiro líquido	477.353	357.234
Outras receitas (despesas) operacionais	7.384	6.755
	-3.414.023	-3.353.512
(Déficit) superávit do exercício	1.264.496	27.219

Relatório financeiro e de execução do contrato de gestão:

METAS 2016			
Consultas Médicas	Contratadas	Realizadas	%
Primeiras Consultas - Rede	34.800	35.489	1,98
Interconsultas	7.200	8.535	18,54
Consultas Subsequentes	42.984	43.028	0,10
TOTAL	84.984	87.052	2,43
Consultas Não médicas	Contratadas	Realizadas	%
Primeiras Consultas Não Médicas			
Interconsultas Não Médicas	20.232	21.026	3,92
Consultas Subsequentes Não Médicas			
Procedimentos Terapêuticos/Sessões	15.600	15.853	1,62
TOTAL	35.832	36.879	2,92
Atividade Ambulatorial – Serviço Social	Contratadas	Realizadas	%
Atendimentos realizados	-	4.494	
TOTAL	-	4.494	
Cirurgias Ambulatoriais	Contratadas	Realizadas	%
CMA	2.730	2.899	6,19
cma	3.120	3.170	1,60
TOTAL	5.850	6.069	3,74
SADT Externo	Contratadas	Realizadas	%
Radiologia (RX, mamografia)	3.120	3.177	1,83
Ultrassonografia	6.000	6.295	4,92

Diagnostico por endoscopia	2.280	2.291	0,48
Métodos diagnósticos em especialidades	3.000	3.366	12,20
TOTAL	14.400	15.129	5,06
SADT Interno	Contratadas	Realizadas	%
Diagnostico em laboratório clinico	-	96.136	-
Diagnostico por anatomia patológica e citopatológica	-	4.126	-
Radiologia (RX, mamografia)	-	10.873	-
Ultrassonografia	-	6.690	-
Diagnostico por endoscopia	-	1.689	-
Métodos diagnósticos em especialidades	-	47.891	-
TOTAL	-	167.405	-

DEMONSTRATIVO CONTÁBIL OPERACIONAL

Descrição	2016
Total Recebido - Custeio	17.842.452
Receitas Financeiras	488.826
Outras Receitas	35.588
TOTAL GERAL RECEBIDO	18.366.867
Total Despesas - Investimento	212.051
Total Despesas - Custeio	17.102.371
TOTAL GERAL DAS DESPESAS	17.314.422

26 Gerenciamento de riscos

As operações da Fundação estão expostas a riscos de mercado e de operação, como os de variação de taxa de juros, do câmbio, o risco de crédito e o risco de sinistros. Em face das possíveis perdas na realização de ativos, foram constituídas perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa. Os riscos são constantemente acompanhados pela Administração.

O gerenciamento dos riscos é feito pela Administração da Fundação no sentido de minimizá-los, mediante estratégias de posições financeiras e sistemas de controles internos.

27 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos e passivos constantes no balanço patrimonial, como aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e outras contas a receber e a pagar estão registrados a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas das práticas contábeis. A Administração da Fundação não realizou nos exercícios operações com derivativos e quaisquer outros ativos em caráter especulativo.

28 Cobertura de seguros

A Administração da Fundação adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.



LIDIA MARA ALVES ARAÚJO

CONTADOR

CRC-SP269884/O-6



JOSÉ CANDIDO CHIMIONATO

PRESIDENTE